



1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO – CAU/MT
60ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Local: Sede do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2368, sala 101, Edifício Top Tower, bairro Jardim Aclimação.

2

3

4

5

6

7

8

9

10

CUIABÁ-MT, 14 DE JANEIRO DE 2017

ATA DA SESSÃO PLENÁRIA

11 **Início:** 08h45m

12 **Término:** 14h50m

13 **1 PRESENCAS:**

14 **1.1 MEMBROS DO CAU-MT:** Presidente: WILSON FERNANDO VARGAS DE ANDRADE;
15 Conselheiro: FRANCISCO JOSÉ DUARTE GOMES; Conselheira Federal: ANA DE CÁSSIA
16 MORAES ABDALLA BERNARDINO; Conselheiro: JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS;
17 Conselheiro: ALTAIR MEDEIROS; Conselheiro: CARLOS ALBERTO OSEKO JÚNIOR;
18 Conselheira: ELIANE DE CAMPOS GOMES; Conselheiro: JOSÉ DA COSTA MARQUES;
19 Conselheira: WALESKA SILVA REIS; Conselheiro: EDUARDO CAIRO CHILETTO; Conselheiro:
20 BENEDITO LIBÂNIO NETO **1.2 EQUIPE DO CAU-MT:** Gerente-Geral: LUCIMARA L. FLORIANO
21 DA FONSECA; Secretária-Geral: DINÉIA PINHEDO HERNANDES **2 ABERTURA DOS**
22 **TRABALHOS – 1ª PARTE EXPEDIENTE:** Às 08h45m após a verificação do quórum, o
23 **PRESIDENTE** inicia a reunião com a execução do hino nacional e a leitura da Pauta da reunião,
24 com a inclusão de alguns assuntos. O **PRESIDENTE** comenta que antes dos assuntos da Pauta,
25 a Conselheira Federal **CÁSSIA ABDALLA** fará um pronunciamento sobre a manifestação da
26 ASPAS ocorrida recentemente nas redes sociais. A Conselheira Federal **CÁSSIA ABDALLA**
27 aponta que fará a leitura da Carta Aberta dos Arquitetos e Urbanistas do estado de Mato Grosso e
28 comenta que vai deixar também uma cópia no Conselho para divulgação. Solicita que seja
29 transcrita em Ata esse texto integralmente e inicia a leitura: “Aos colegas Arquitetos e Urbanistas
30 do estado de Mato Grosso. Ao tomar conhecimento, embora de maneira “extraoficial” (grupo de
31 *WhatsApp*–Arquitetos de MT), da “Carta Aberta aos Arquitetos de Mato Grosso” divulgada pelo
32 Presidente da Associação de Profissionais de Arquitetura de Mato Grosso, ASPA, onde
33 nominalmente sou citada como Conselheira Federal, entendi como premente e oportuno o
34 momento desta 60ª Plenária Ordinária do CAU/MT, primeira do ano de 2017, para minha
35 manifestação oficial quanto ao conteúdo nela relatado. No meu entendimento, vários dos pontos
36 destacados na intitulada Carta Aberta, senão todos estão mais relacionados ou vinculados ao
37 Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, CAU/BR, do qual estou como parte, desde o início
38 de sua estruturação, eleita pelos colegas do estado de Mato Grosso. Nos três primeiros anos,
39 2012/2014, na condição de Conselheira Federal Suplente do colega, Eduardo Cairo Chiletto, e
40 agora 2015/2017, como Conselheira Federal Titular. Acredito não ser necessário contar do meu
41 envolvimento e do tempo que participo frente a política profissional. No CAU propriamente, o
42 número desta Plenária, muito significativa pra mim, reflete um pouco isso, 60 meses, cinco anos –
43 de acertos, de erros, mas enfim, acreditando sempre que estou contribuindo na construção de um
44 futuro melhor pra minha profissão e porque não dizer para a sociedade de um modo geral. É isso
45 que me motiva e que me move; como também, me tranquiliza para os comentários abaixo, que
46 julgo ter credibilidade para tal. Anuidade: Sou sensível e extremamente solidária a preocupação
47 da ASPA, com relação ao valor e pagamento da anuidade referente ao ano de 2017. Infelizmente
48 não é uma especificidade do nosso estado. Estamos realmente passando por um quadro difícil, eu
49 diria que instável ocasionado pela crise política, refletindo diretamente na economia do País,



50 consequentemente na nossa profissão e no nosso “fazer”. Não discutindo o mérito do valor da
51 anuidade, o reajuste aplicado é uma imposição legal. Infelizmente a Lei Federal 12.378/2010, que
52 cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, define no caput do Art. 42 o primeiro valor da
53 anuidade, R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e logo em seguida no §1º, define critério de
54 reajuste através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC, calculado pela Fundação
55 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, conforme destaque: Art. 42. Os profissionais e
56 as pessoas jurídicas inscritas no CAU pagarão anuidade no valor de R\$ 350,00 (trezentos e
57 cinquenta reais). §1º Os valores das anuidades serão reajustados de acordo com a variação
58 integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor–INPC, calculado pela Fundação Instituto
59 Brasileiro de Geografia e Estatística–IBGE, nos termos de ato do CAU/BR. Isso pode ser
60 mudado? Sim, nada é imutável. Porém esta não é uma solução simples e rápida, não depende da
61 vontade específica deste ou daquele conselheiro federal, nem mesmo de todo plenário do
62 CAU/BR–depende de alteração da citada Lei Federal, de tramitação legislativa, na Câmara e
63 Senado Federal, ou talvez, o que não posso afirmar e nem garantir, de alguma ação juridicamente
64 embasada para que o Conselho, uma autarquia federal, não seja punido por desrespeito legal.
65 Aliás, é bom destacar o consenso existente no plenário do CAU/BR de vários pontos da referida
66 Lei Federal que precisam ser mudados e/ou alterados. Ao mesmo tempo, também é consenso, há
67 necessidade de cautela, de um pouco mais de tempo (a Lei só tem seis anos de promulgação), de
68 amadurecimento, enfim, de um amplo debate público com os arquitetos e urbanistas brasileiros.
69 Uma conquista histórica de mais de cinquenta anos de luta deve merecer todo nosso respeito e
70 cuidado. Para tanto, finalizo, que posso transmitir em plenária, a preocupação externada pela
71 ASPA, com respeito à anuidade e propor algumas ações que são possíveis de decisões do pleno,
72 como por exemplo: Prorrogação da data do pagamento integral da anuidade, previsto para
73 31/01/2017; Número maior de parcelamento (atualmente é cinco parcelas), sem aplicação de
74 juros. Em ambas as situações são facultadas ao CAU/BR, conforme disposto no §2º do mesmo
75 art. 42 alterar “a data de vencimento, as regras de parcelamento e o desconto para pagamento à
76 vista”, entretanto, infelizmente sem o poder de garantir a conquista delas, quando da votação em
77 plenário. Estrutura Organizacional. Mais uma preocupação em comum e por diversas vezes
78 recorrente nas plenárias ordinárias do CAU/BR, seja em assuntos correlatos, quando pautados,
79 ou na palavra livre, por muitos conselheiros; Toda essa estrutura “*exageradamente grande*”
80 apontada pela ASPA, que não vou questionar o mérito, foi produto de estudos elaborados por
81 empresa contratada, especializada na área de gestão administrativa, já que não havia
82 conhecimento necessário entre nós para tamanha missão e responsabilidade. Essa empresa
83 apresentou ao CAU/BR uma estrutura organizacional que pudesse ser adaptada em todos os
84 estados brasileiros, com parâmetros mínimos necessários, para subsidiar as análises, discussões
85 pelas autarquias, objetivando a aprovação de uma estrutura organizacional em conformidade com
86 as especificidades locais. Não há como negar, que por diversas vezes o assunto foi levado às
87 Plenárias, com assessoramento dos técnicos da empresa e dos próprios funcionários do CAU/BR.
88 Após várias discussões a proposta apresentada foi aprovada pelo plenário, e a partir dela, dados
89 os encaminhamentos operacionais necessários, a começar pela realização do concurso público
90 para preenchimento dos cargos em todo País. Hoje, no caso do CAU/BR, não só eu, como muitos
91 conselheiros federais entendem a necessidade de reavaliar a estrutura organizacional existente,
92 principalmente o número de cargos de assessoramento de livre provimento, que são necessários,
93 mas que devem se restringir o mínimo possível. Talvez sejam estes os “executivos da entidade”
94 que se refere à Carta Aberta da ASPA. Defendo, junto com outros colegas conselheiros federais,
95 que o CAU tenha um excelente “plano de carreira” onde o servidor concursado possa
96 almejar o crescimento e reconhecimento profissional. Por isso estamos sempre atentos para
97 expressar, especialmente em plenárias que são oficiais e públicas, nossa posição, enaltecendo os
98 funcionários em geral, que fazem um brilhante e responsável trabalho. Entretanto, como
99 colegiado, as decisões decorrem de votações, e nessa equação o resultado é bastante conhecido
100 de todos, vence a maioria, razão esta que nos coloca, às vezes como “vencidos”, mesmo
101 procurando sempre argumentar e defender nosso posicionamento. Deslocamentos Internacionais.
102 Outro ponto destacado na intitulada “Carta Aberta” que também tem sido alvo de muitos
103 questionamentos no Plenário do CAU/BR. Não se pode negar a importância de se manter um
104 relacionamento internacional entre os diversos países, para estabelecimento de convênios e de



105 outras questões pertinentes a nossa profissão. Porém, um grupo de colegas, do qual comungo
106 mesmo pensamento, compreendendo a necessidade na excelência e redução de gastos, vem
107 avaliando a possibilidade de sugerir a extinção da CRI/BR, Comissão de Relações Internacionais
108 (de caráter especial), e remeter suas atribuições ao presidente do CAU/BR que já possui atrelado
109 ao seu orçamento os custos das viagens e diárias internacionais. Logicamente que mantendo
110 existente a autonomia do plenário, de indicar e aprovar, caso haja necessidade, a representação
111 por parte de qualquer outro conselheiro federal considerado imprescindível ao assunto a ser
112 tratado. Importante informar que recentemente, por exemplo, o plenário não acatou solicitação da
113 presidência de enviar três conselheiros ao Paraguai, para o XXV Congresso da Federação Pan-
114 Americana de Associações de Arquitetos, FPAA, cujo presidente é o colega João Virmond Suplicy,
115 inclusive, conselheiro federal suplente pelo estado do PR. Após várias manifestações, o
116 conselheiro federal Renato Nunes, do estado de SP, ponderou a real necessidade da ida dos três
117 colegas, solicitando a mesa que refizesse a proposição para somente um representante. Como
118 não houve consenso nesse entendimento, o plenário decidiu por maioria não aprovar a ida de
119 nenhum conselheiro. Viagens e diárias de Conselheiros "Federais". Deixei este ponto para o final,
120 por ser justamente o único que discordo totalmente da opinião dos colegas da ASPA e que
121 diretamente me sinto mais envolvida e com mais propriedade em falar, já que componho uma
122 comissão no CAU/BR que deu início a todo esse processo de reuniões e seminários fora de
123 Brasília, a Comissão de Ética e Disciplina, CED. Confesso aos colegas, que recebemos na época,
124 duras críticas semelhantes de outros conselheiros federais, e do próprio presidente do CAU/BR,
125 Haroldo Pinheiro. O pensamento era exatamente o destacado na Carta Aberta – turismo com o
126 dinheiro do conselho, aliás, do conselho não, turismo com o dinheiro de todos nós, arquitetos e
127 urbanistas brasileiros. Quantas vezes não escutamos a expressão CAUTUR. Mas, mesmo assim,
128 mantivemos nossa proposta enquanto comissão, porque precisávamos e precisamos ainda
129 aproximar mais dos conselhos e dos colegas nos estados. Ainda passamos por um momento de
130 construção do CAU, é necessário sair de quatro paredes da Capital Federal, para conversar,
131 dialogar, ouvir, compartilhar experiências, conhecer realidades e dificuldades existentes. Os
132 resultados foram excelentes. A nossa comissão passou ser elogiada por todos os CAU/UFs.
133 Temos registrados vários depoimentos de colegas, conselheiros federais e presidentes,
134 entendendo a importância desses encontros e/ou seminários. Atualmente, conquistamos o apoio
135 do plenário do CAU/BR e do presidente Haroldo, bem como, despertamos em outras comissões
136 fins, como a Comissão de Política Urbana e Ambiental, CPOA e a Comissão de Exercício
137 Profissional, CEP, há necessidade de maior aproximação para consolidação das ações previstas.
138 O aprimoramento das resoluções elaboradas, de forma conjunta e participativa fortalece nosso
139 trabalho e facilita a conquista dos objetivos específicos de cada Comissão. E porque esses
140 encontros/seminários não são feitos online, encurtando distâncias e tempo, diante de tantos
141 avanços tecnológicos? Não seria o mais lógico? O mais racional? E o mais barato? Não há dúvida
142 que sim, apesar de que ainda nada substitui o debate frente a frente. Além do que muitas das
143 resoluções, encaminhadas aos conselheiros ou divulgada na página do CAU para que os colegas
144 emitam críticas e sugestões são por demais incipientes, raramente atingindo percentual acima de
145 cinco por cento. Como são escolhidos os locais para esses encontros e/ou seminários?
146 Geralmente o convite parte do interesse demonstrado pelo CAU/UF e oficialmente solicitado a
147 presidência do CAU/BR. Sempre procuramos abranger todas as regiões do País, Norte, Sul,
148 Sudeste, Nordeste e Centro Oeste, e geralmente o evento acontece nas capitais, devido a
149 proporção de arquitetos e urbanistas e por facilidade de logística na preparação, que muitas vezes
150 é realizado na própria sede do conselho, como foi o caso por exemplo, em Campo Grande, MS.
151 Afirmo que o critério de escolha das cidades jamais se deu levando em conta o turismo, apesar da
152 maioria de nossas capitais possuírem belezas incomparáveis e únicas. E talvez essa seja a pior
153 parte, estarmos diante de tanta exuberância e não podermos desfrutar. Mas, o meu intuito não é
154 convencer ninguém. Todo nosso trabalho, é registrado em atas e gravações, e certamente num
155 futuro próximo, vários dos colegas terão a oportunidade de viver toda essa experiência, e
156 constatar o quanto é estimulante, embora cansativo. Fora do contexto o cenário é outro!
157 Aproveitando a oportunidade convido os colegas a assistirem e participarem mais de nossas
158 plenárias mensais, transmitidas ao vivo, cuja finalidade é justamente tornar público nosso trabalho
159 para que os colegas possam acompanhar e avaliar nosso trabalho bem como sugerir ações



160 compatíveis as nossas atribuições para juntos conquistar a tão esperada e desejada “valorização
161 profissional”. Também não poderia deixar de agradecer a este pleno o tempo proporcionado para
162 minha manifestação, bem como, a todos os arquitetos e urbanistas do meu estado, MT, pela
163 chance de viver esse grande momento histórico de nossa profissão. Só me resta agora desejar
164 que tenhamos um ano melhor e que Deus nos abençoe e nos fortaleça cada dia mais, para
165 continuarmos a perseguir e realizar nossos sonhos! Cuiabá, MT, 14 de janeiro de 2017. Ana de
166 Cássia Moraes Abdallah Bernardino. Conselheira Federal, MT.” O **PRESIDENTE** aponta que as
167 palavras da Conselheira Federal foram bem colocadas, sendo praticamente uma Prestação de
168 Contas do CAU Federal para o CAU Estadual. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta sobre a
169 importância dos documentos escritos, pois geralmente tem sequência e objetividade, no sentido
170 de discussões profícuas e que registra esse documento também, sendo muito interessante esse
171 relato da Conselheira para esclarecimento dos Conselheiros locais e para o Plenário dar
172 continuidade nas discussões. A Conselheira **ELIANE** aponta que gostaria que a Carta lida fosse
173 encaminhada à ASPA e aos profissionais. O Conselheiro Suplente **BENEDITO** comenta que todos
174 sabem da importância dos trabalhos da Conselheira Federal e a sua contribuição a muito tempo
175 para o CAU e outras Instituições, mas que se possa também ponderar os apontamentos da ASPA,
176 pois trata-se de uma Associação muito importante. O Convidado acredita que todos devem ter
177 opiniões diversas, sendo importante para o crescimento e que a Conselheira Federal fez um
178 trabalho de resposta aos questionamentos e que os valores podem ser revistos também, sendo
179 uma abertura e flexibilidade importante para os debates. O Conselheiro Suplente **BENEDITO**
180 aponta que algumas decisões acabam sendo pessoais e isso deve ser revisto, pois devem ser
181 colegiadas e não verifica que o CAU/BR faça essas discussões com os profissionais. A
182 Conselheira Federal **CÁSSIA ABDALLA** comenta que faz essa cobrança na Carta, com a
183 participação dos Conselhos e do CAU/MT junto a Brasília/DF e que isso demanda de documentos
184 do Plenário encaminhados a sua pessoa. Aponta que quem encaminha seria a Presidência.
185 Comenta que é participativa e aberta ao diálogo, mas percebe que todos os profissionais não tem
186 a cultura de procurar saber o que acontece no próprio Conselho. Aponta que sempre critica nas
187 Plenárias do CAU/BR, uma outra forma melhor de se chegar até os Arquitetos e Urbanistas, mas,
188 ao mesmo tempo, pondera a “preguiça” em, por exemplo, dos profissionais escutarem uma
189 Plenária e opinarem. A Conselheira Federal relata que se coloca à disposição sim, mas acredita
190 que a forma de tramitação tem que ser oficial, no caso da Carta da ASPA e que não pode ficar
191 sabendo de anseios por mídias sociais. A Conselheira Federal **CÁSSIA ABDALLA** aponta que
192 não é atrelada ao CAU/MT e que gostaria que isso fosse oficializado para a Conselheira Federal e
193 faz saudações à ASPAS, pois quanto mais discussões e pluralidade de opiniões será melhor para
194 todos. Relata que não votou no 2º mandato do Presidente Haroldo e que fez parte de um conjunto
195 de colegas insatisfeitos com a primeira Gestão do CAU/BR, não tendo nada pessoal com o
196 Presidente. Aponta que não existe no CAU/BR uma divisão entre situação e não situação e sim,
197 de ideias divergentes que se tentam arguir e votarem. O Conselheiro **ALTAIR** comenta ser
198 importante a participação da Conselheira Federal nas Plenárias e levar os apontamentos do
199 CAU/MT para o CAU/BR. Aponta que o CAU/BR criou essa oportunidade de fazer a revisão do
200 Regimento Interno, para que seja feita uma abertura e uma participação pública e a Conselheira
201 Federal relata que sempre foi feita essa discussão. O Conselheiro **ALTAIR** relata que foi feita uma
202 solicitação no Regimento do CAU/MT, para que a participação do Conselheiro Federal seja
203 obrigatória, ou do seu Suplente, sendo custodiado pelo CAU/BR, para que não tenha essa
204 distância e que possa representar os Estados. O Conselheiro **ALTAIR** relata que a ausência da
205 Conselheira Federal nas reuniões Plenárias, nesta e na outra Gestão foram frequentes e do
206 Conselheiro Federal Suplente. Aponta que ultimamente a Conselheira tem participado e tem
207 observado um proveito melhor para. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que essas manifestações
208 surgiram após várias reclamações na página do *Facebook* do CAU/BR sobre o aumento da
209 Anuidade. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** complementa que a Carta deveria ser aberta ao
210 público. O **PRESIDENTE** relata que a Conselheira Federal solicitou que a Carta fosse publicada
211 no site e que como todos estão de acordo, será então feita essa postagem da manifestação na
212 íntegra. Aponta que não existe necessariamente uma dependência de CAU Estadual e de CAU
213 Federal, já que são Autarquias independentes com vinculação na Fiscalização, sem subordinação.
214 Comenta que na relação de Presidentes também não há hierarquias. O **PRESIDENTE** comenta



215 que nunca trabalhou no CAU com interferência nas Comissões e que sempre as deixou com
216 liberdade nas decisões, nas reuniões e nos seus debates. Aponta que o relato da Conselheira
217 Federal foi bastante esclarecedor e que para o ano de 2017 será feita uma aproximação com os
218 colegas para debate, os convidando para as reuniões de Comissão e a Plenária produzir
219 documentos que serão encaminhados para o CAU/BR, não sendo necessariamente obrigados a
220 vincular a Conselheira Federal ao CAU/BR. A Conselheira **ELIANE** relata que faz parte da ASPA e
221 que fez o convite aos profissionais para comparecer as reuniões do CAU, para participarem e
222 conhecerem o Conselho, tendo uma falta de conhecimento e interesse do que o Conselho faz. O
223 **PRESIDENTE** segue a Pauta e coloca em discussão a análise da Ata 58ª do mês de Novembro
224 para ajustes e comenta que a Ata 59ª do mês de Dezembro foi concluída ontem e distribuída para os
225 Conselheiros fazerem a leitura. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, a aprovação da
226 Ata da 58ª (Novembro/2016) da Reunião Plenária Ordinária do CAU/MT, sendo aprovada. O
227 **PRESIDENTE** faz a leitura dos extratos de correspondência e informa sobre a Carta encaminhada
228 pelo Conselheiro Eduardo Chiletto ao CAU/MT, solicitando o seu retorno as atividades e
229 suspensão da sua licença. O **PRESIDENTE** relata que é muito bom o retorno do Conselheiro ao
230 CAU para a construção dos trabalhos, pois foi o líder junto a Conselheira Cássia, para a formação
231 dessa Gestão. O **PRESIDENTE** retorna a leitura dos extratos e comenta que o CAU recebeu os
232 seguintes documentos: Ofício do CAU/BR com o envio das Declarações Negativa de
233 Antecedentes Ético Disciplinares; Ofício 62-CAU/BR sobre o convite para participação na
234 programação do dia do Arquiteto, com uma sessão solene na Câmara dos Deputados, depois a
235 Plenária Ampliada e a solenidade do Concurso da sede do CAU/BR, com entrega da premiação
236 para marcar esse momento da sua construção; Ofício do Secretário de Mobilidade Urbana de
237 Cuiabá Thiago França, com um relatório da SECID que será encaminhado à CEPUA; Ofício do
238 SESC/MT para inauguração da construção da sede e solicitou que fosse passado aos
239 Conselheiros representar o CAU; Ofício do CAU/AL de convite para as comemorações do dia do
240 Arquiteto, onde não foi possível comparecer; Ofício da AL/MT com um CD das fotos da Sessão
241 Solene realizada no dia 12/12/2016, na qual recebeu o Título de Cidadão Mato-grossense e que
242 não quis dar publicidade, já que foi também o dia do evento do CAU/MT, para não dar
243 concorrência; Ofício da ANOREGUI, que é a Associação dos Notários e Registradores de Mato
244 Grosso, com sua nova composição; Ofício da SECID com as informações da Certificação LEED
245 da Arena Pantanal que será encaminhado à CEPUA; Ofício 66 do CAU/BR que trata do
246 esclarecimento sobre a prescrição do direito de cobrança de Anuidades e que solicitou à equipe
247 do CAU/MT a constituição de uma lista de dívida ativa com esse balanço. A Conselheira **ELIANE**
248 comenta que vai solicitar à Conselheira Federal para verificar essa questão, pois possibilita aos
249 profissionais de deixarem de pagar por 5 anos. O **PRESIDENTE** esclarece que quando se
250 inscreve em dívida ativa, suspende a prescrição e pode continuar cobrando, mas não pode deixar
251 prescrever. Aponta que quando notificado o não pagamento do profissional, pode implicar em falta
252 ética. O **PRESIDENTE** retorna a leitura dos extratos: Ofício da CEF-CAU/BR com solicitação dos
253 projetos, eventos e outras iniciativas que propiciam o relacionamento com os estudantes, que será
254 encaminhado à CEF-CAU/MT e finaliza com o Ofício IPOG respondendo que não possuiu Curso
255 de Especialização de Engenharia e Segurança do Trabalho na Unidade de Mato Grosso. O
256 **PRESIDENTE** faz alguns informes e comenta que esteve em Brasília/DF na comemoração do dia
257 do Arquiteto, onde foi apresentado o projeto vencedor e entregue a premiação para o escritório
258 ganhador de São Paulo/SP. Aponta que teve um espaço para fala, onde fez a manifestação
259 alertando que essa iniciativa de Concurso, não se restrinja a um universo tão pequeno, abrindo
260 para os Arquitetos a possibilidade de projetos habitacionais e todas as obras feitas no Brasil nos
261 últimos anos, pois teria um ganho enorme para a sociedade. O **PRESIDENTE** comenta que foi
262 bem recebida por todos, já que traz os projetos para os Arquitetos. Relata que ano passados os
263 Presidentes e a CEPUA fizeram uma série de Seminários Nacionais, que redundaram em uma
264 Carta aos Prefeitos, que foi entregue a nível nacional e posteriormente, foi apresentado e
265 distribuído no Habitat para todos os países, sendo elogiado pela Arquiteta brasileira que trabalha
266 na ONU e bem recebida por todos. O Conselheiro **BENEDITO** comenta que o CAU/MT tem a
267 possibilidade de avançar no sentido da técnica e sua implementação em detrimento da política.
268 Aponta que no Seminário de Política Urbana que participou, com o item da continuidade de
269 trabalho e resgatando a questão do Plano Diretor das Cidades, sendo peças legislativas



270 urbanísticas simplesmente para serem guardadas e em determinadas épocas serem retiradas,
271 não seguindo os princípios de desenvolvimento urbano nas cidades. Relata que tanto a nível do
272 Estado e do Município verifica o Gestor muito autoritário e uma falta de interlocução interna, pouca
273 conversa com o IPDU e outros Órgãos. O Conselheiro **BENEDITO** aponta que tem que criar
274 mecanismos para que as questões técnicas sejam cumpridas. O **PRESIDENTE** relata que o CAU
275 é muito recente e que alguns projetos tiveram andamento, outros não, devido à insipiência que se
276 encontrava o Conselho, mas tendo algo positivo pela agregação de participantes no CAU, para
277 estarem mais presentes nos debates. Aponta ser importante também essa pressão popular, redes
278 sociais, podendo ser exploradas com bastante competência e responsabilidade com propósito da
279 construção. O Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** comenta que escreveu um artigo sobre esse assunto,
280 com o tema "Mexer o doce" e que foi publicado no site do CAU. **2ª PARTE – ORDEM DO DIA:** O
281 **PRESIDENTE** comenta sobre a constituição das Comissões que deve ser recomposta em cada
282 início de ano e os Conselheiros comentam que os Suplentes também gostariam de participar,
283 sendo alinhado com os Titulares quem participará de cada Comissão. O **PRESIDENTE** esclarece
284 que não pode no mesmo dia, Conselheiros Titulares e Suplentes juntos e a Conselheira Federal
285 **CÁSSIA ABDALLA** comenta que a convocação da reunião deve ser encaminhada para o Titular e
286 ela justifica a convocação do Suplente. O Conselheiro **ALTAIR** sugere que as convocações sejam
287 feitas também por telefone ou por aplicativo de mensagens e a Conselheira **CÁSSIA ABDALLA**
288 comenta que as convocações são feitas oficialmente apenas por *e-mail*. O **PRESIDENTE** faz a
289 consulta aos Conselheiros sobre quem serão os Coordenadores de Comissão, sendo os mesmos
290 definidos. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, a constituição das Comissões
291 Ordinárias e Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental do CAU/MT: Comissão de
292 Exercício Profissional-CEP: Conselheiros Eliane de Campos Gomes, Carlos Alberto Oseko Júnior,
293 José Antônio Lemos dos Santos, Francisco José Duarte Gomes e Altair Medeiros;
294 Coordenadora: Eliane de Campos Gomes. Comissão de Ética e Disciplina-CED: Conselheiros
295 Eduardo Cairo Chiletto, Carlos Oseko, José Antônio Lemos dos Santos, Altair Medeiros e Waleska
296 Silva Reis; Coordenador: Eduardo Cairo Chiletto. Comissão de Ensino e Formação-
297 CEF: Conselheiros Waleska Silva Reis, Francisco José Duarte Gomes, José Antônio Lemos e
298 Carlos Alberto Oseko Júnior; Coordenadora: Waleska Silva Reis. Comissão de Planejamento,
299 Administração e Finança-CAF: Conselheiros Altair Medeiros, Eduardo Cairo Chiletto, Eliane
300 Gomes, Carlos Alberto Oseko Junior e Francisco José Duarte Gomes; Coordenador: Francisco
301 José Duarte Gomes. Comissão Especial de Política Urbana e Ambiental-CEPUA: Conselheiros
302 Eliane de Campos Gomes, Carlos Alberto Oseko Junior, José da Costa Marques, José Antônio
303 Lemos dos Santos e Eduardo Cairo Chiletto; Coordenador: José Antônio Lemos dos Santos, sendo
304 aprovado. O **PRESIDENTE** relata sobre a questão da escolha do Vice-Presidente, onde no ano de
305 2016 foram os Conselheiros Francisco-Primeiro Vice-Presidente e Eliane-Segundo Vice-
306 Presidente e consulta o Plenário sobre a intenção de algum Conselheiro, sendo definido os
307 Conselheiros Eduardo e José da Costa. O **PRESIDENTE** avaliza a escolha do Conselheiro
308 Eduardo como Vice-Presidente, pois foi um dos responsáveis, junto com a Conselheira Federal
309 Cássia Abdalla. O Conselheiro **EDUARDO** comenta que ficou 2 (dois) anos afastado do Conselho,
310 fazendo política sobre Arquitetura e Urbanismo pela SECID no interior do Estado, analisando os
311 problemas. Aponta que em relação ao Plano de Trabalho que fizeram para a Gestão, este deve
312 ser retomado para o andamento dos trabalhos. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que analisando
313 esse retorno do Conselheiro Eduardo ao CAU e que garante que o Plano mencionado nunca foi
314 colocado em ação. Aponta que o CAU tem dificuldades, onde em muitas áreas não se fez quase
315 nada, como na própria estrutura do Conselho. Relata que essa Gestão foi muito eficiente em
316 muitas coisas, mas em outras não teve avanço. O Conselheiro imaginou que a Diretoria abriria
317 mão do mandato, devido a volta do Conselheiro Eduardo e colocar em votação o seu retorno
318 como Presidente e não como Vice-Presidente, pois o mesmo foi o idealizador da Chapa e o CAU
319 precisar se alinhar com a sociedade, mas principalmente com os profissionais. O Conselheiro
320 **ALTAIR** relata que tem coisas que no caso da Presidência e da Vice-Presidência fizeram coisas
321 que não deveriam ter feito, como por exemplo, ir no Ministério Público entregar a empresa Todimo
322 e os profissionais; ir na Imprensa entregar os profissionais, ficando mal para os profissionais
323 perante a sociedade; Regimento Interno sendo desrespeitado, pois o Presidente pegou
324 indevidamente o Regimento que estava sendo revisado e colocou na Pauta da Plenária, sem



325 consultar a Comissão; questões relacionadas a Sede, pois ainda não foi decidido nada, tendo a
326 questão do terreno que foi indicado, "o puxadinho", onde somente o Presidente e o Vice-
327 Presidente queriam esta opção e não quiserem ver nenhuma outra proposta; outra questão seria a
328 definição do IPDU e que ficou sabendo que o CAU indicou um Arquiteto e que deveria ter trazido à
329 Plenária para ser analisado e não o Deputado Abílio fazer essa análise; outras questões
330 administrativas, como a solicitação de canetas personalizadas que não teve andamento. O
331 Conselheiro **ALTAIR** continua e aponta a questão da viagem para Quito, em que o Presidente se
332 interessou e observou que isso tratava de questão pessoal, mas a CAF deliberou mesmo sem
333 orçamento, fazendo a sua reformulação e distribuindo os valores. Comenta que ir para Quito para
334 fazer turismo e conhecer outras cidades, mesmo que com dinheiro próprio, acredita que é para se
335 beneficiar em causa própria. Aponta que se a missão seria ir para Quito e mostrar o trabalho,
336 deveria ser apenas ida e volta para Quito e não para outras cidades. O Conselheiro acredita que o
337 Plenário é conivente com essas ações e não consulta o Regimento Interno e se consulta deixa
338 passar, como por exemplo, o evento da Conselheira Waleska que foi aprovado pagar, mas a
339 Advogada verificou que as Entidades beneficiadas com apoio, devem ter no mínimo 3 anos de
340 CNPJ e mesmo assim o Plenário aprovou. O Conselheiro **ALTAIR** comenta que deve haver mais
341 coerência e relata que pelo Regimento, o Conselheiro Eduardo já teria até perdido o mandato e
342 que deveria ser feita uma deliberação, não estipulando prazo para afastamento. O Conselheiro
343 aponta que vota a favor do Conselheiro Eduardo para Presidente e que o Presidente atual e os
344 Vice-Presidentes entreguem os cargos para nova votação. O **PRESIDENTE** relata que a Pauta foi
345 extrapolada e o Conselheiro **EDUARDO** comenta que ficou lisonjeado pela indicação do
346 Conselheiro Altair, mas isso é impossível, pois é um homem de palavra e inclusive saiu do
347 Governo devido alguns fatos que aconteceram por pressão política. Aponta que quando montaram
348 a Chapa e conseguiram se eleger, recebeu o convite do Governador para os trabalhos e que
349 recebeu a proposta para quando retornasse ao CAU, reassumiria a Presidente, mas foi contra
350 esse posicionamento. Acredita que como há uma pessoa fazendo um trabalho ao longo do tempo,
351 não acha correto e não voltou para ter discórdia. Comenta que se os Conselheiros estão achando
352 ruim os trabalhos do Presidente, os culpados são todos os Conselheiros, pois o CAU trata-se de
353 um Colegiado. O Conselheiro **EDUARDO** aponta que se o Grupo não está forte, com brigas, não
354 chegarão a lugar algum e se o CAU não se fortalecer, acontecerá o mesmo, devido brigas
355 internas. Comenta que mesmo em votação não aceita assumir a Presidência e que o ideal seria o
356 diálogo neste momento para consolidar o Conselho, com união. Aponta que o seu escritório fez o
357 Plano de Governo do Governador Pedro Taques e que não foi cumprido, mas é assim, pois as
358 coisas são dinâmicas e no caso do CAU tem que se verificar o que foi feito e o que não foi feito
359 procurando corrigir. O Conselheiro comenta que deve ser prestado contas aos profissionais, das
360 ações que não foram feitas e se foi um relapso do Conselho, não sendo do Presidente que é o
361 ordenador de despesas que cumpri o que os Conselheiros demandam. O Conselheiro **EDUARDO**
362 comenta que quer trabalhar muito neste ano para agregar, pois o CAU não está. A Conselheira
363 **WALESKA** relata que foi citada pelo Conselheiro Altair e que o mesmo deveria tomar cuidado
364 quando cita o nome das pessoas, assim como também citou que o Presidente viajou por
365 interesses pessoais. Comenta que como os Conselheiros Benedito e Eduardo não estavam nas
366 outras reuniões, deu a entender que todos a apoiaram sobre o EREA, mas não foi assim, todos
367 votaram na Plenária sabendo de toda a trajetória, onde a Comissão disponibilizou o dinheiro e a
368 Entidade estava contando com esse valor. A Conselheira **WALESKA** aponta que deu sua palavra
369 em nome do CAU e que tinha passado pela Plenária também, tendo voto favorável do Conselheiro
370 Altair. Comenta para o Conselheiro ter um pouco mais de cuidado, pois ficou chateada com isso.
371 O Conselheiro **ALTAIR** pede desculpa para a Conselheira Waleska e que não foi essa a intenção.
372 Comenta que votou a favor e aceitou a justificativa, pois era o que deveria ser feito e que a
373 Conselheira não fez nada errado. Aponta que o Plenário sabia do ponto da lei que não podia e
374 deveria ter recusado, mas antes o mesmo tinha se comprometido. O Conselheiro pede desculpa
375 novamente à Conselheira e que confia no seu trabalho como Coordenadora e que apenas fez um
376 comparativo, sendo que a Conselheira não fez nada de errado. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA**
377 dá as boas vindas ao Conselheiro Eduardo e comenta que o mesmo fez falta e acredita que o
378 mesmo é capaz de unificar e congregar. Aponta que não tem nada contra o Presidente Wilson
379 pessoas, mas acredita que dentro do CAU existem muitos talentos que não são aproveitados.





380 Comenta que a vinda do Conselheiro Eduardo dá uma esperança de que as coisas acontecerão.
381 Aponta que os projetos nascem e morrem antes de qualquer ação, sendo que deveriam ser
382 fomentados e não enterrados na Casa. O Conselheiro concorda com o Conselheiro Altair sobre o
383 Plano de Trabalho não ter acontecido. Aponta que o Plenário encontra-se desestruturado
384 emocionalmente, pois aconteceram coisas que não deveriam ter acontecido, como a abertura de
385 Processo Administrativo contra um Colega, por uma falha técnica que qualquer um poderia ter
386 cometido. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que quando estiveram no IAB, mesmo sem
387 orçamento, fizeram um Congresso e compara com a estrutura que há no CAU, mas que na época
388 houve união, sem barreiras, abrindo os "braços" e trabalhando. Relata que o CAU é organizado,
389 com recurso humano, técnico, um carro, com dinheiro em conta e não conseguiu fazer nada.
390 Acredita que isso seria um desperdício e que encontra-se desestimulado, não apresentará
391 nenhum projeto, pois sabe que tudo que for apresentado e partido de sua pessoa e que não partir
392 da Diretoria, "morrerá". O Conselheiro relata que quando entrou no CAU, tentou trabalhar com o
393 Exercício Profissional, melhorando a autoestima dos profissionais, de criar uma Tabela de
394 Honorários que atenda a todo o Brasil, sendo diferenciada, mas que gerou um processo de ética
395 contra sua ação. Comenta que a Tabela elaborada foi aceita e os profissionais estão usando e
396 melhorando a qualidade dos profissionais, mas que ficou desestimulado com isso também. O
397 Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que tentou fazer um evento no dia do Arquiteto para os
398 profissionais, de valorização profissional, mas que foi impedido de fazer e que não envolvesse o
399 nome do CAU. Comenta que a ASPA fez um evento enorme e que deveria ter sido uma ação do
400 CAU. Relata ao Conselheiro Eduardo que o mesmo encontrará a Casa em desordem, de
401 descontentamento, de desunião e sem foco e que o Conselheiro auxilie nos trabalhos, pois todas
402 as ações foram isoladas, sem o potencial que o CAU possui. O Conselheiro **BENEDITO** acredita
403 ser oportuna essa oportunidade que estão tendo em falar, sendo necessário. Aponta que
404 percebeu o Conselheiro Eduardo isolado no Governo do Estado e que no Município, teve a
405 presença institucional do CAU e do Presidente Wilson no começo dos trabalhos, no sentido de
406 fomentar as experiências, com diversos trabalhos. Comenta que posteriormente, não foi possível
407 conciliar isso e que toda a categoria dos Arquitetos perderam. O Conselheiro comenta que deve
408 ser feita uma leitura da eleição dos Coordenadores, pois o CAU está dividido, sendo várias coisas
409 que aconteceram para chegar nisso. O Conselheiro **BENEDITO** pede desculpa, pois se exaltou na
410 última reunião em relação ao Presidente Wilson e ao Conselheiro Francisco e comenta que o
411 Presidente tem uma linha diferente do profissional que possui escritório, sendo difícil entender o
412 sofrimento que os profissionais enfrentam no mercado. Comenta que foi um posicionamento rígido
413 do CAU naquela reunião de Reserva Técnica, pois como uma Autarquia deveria ter tido mais
414 sensibilidade e que o mercado ficou instável com os fornecedores e os profissionais. Observou
415 que os Conselheiros Carlos e Altair gostariam de ser Coordenadores, mas foram barrados, sendo
416 que está nítido que esses Conselheiros e o Conselheiro José da Costa formaram um grupo e que
417 para os trabalhos andarem, é preciso abrir mão disso e pensar no coletivo. O Conselheiro
418 **BENEDITO** acredita que a Presidência precisa ouvir mais e que tem a intenção de construir uma
419 estabilidade, mas que também não é retirando o seu mérito, pois as Comissões evoluíram com os
420 trabalhos. Propõe que o Conselheiro José da Costa seja o Segundo Vice-Presidente e que junto
421 com o Conselheiro Eduardo e o Presidente, terão essa função de reconstruir essa estabilidade e
422 comenta que não verifica ninguém mal intencionado no Conselho. O Conselheiro **JOSÉ DA**
423 **COSTA** não aprovou a ausência de atitude do CAU com os Conselheiros Benedito e Eduardo,
424 quando precisavam e a Imprensa estava contra os mesmos e que não conseguiu reverter isso,
425 pois era a Instituição que precisava se posicionar. O Conselheiro comenta que aceita a indicação
426 para ser o Segundo Vice-Presidente. A Conselheira **ELIANE** acredita que esse apoio citado aos
427 Conselheiros é feito quando representam o CAU nas Instituições e que quando foi indagada
428 sobre, respondeu em nome do Conselho, dando apoio aos mesmos. O Conselheiro **ALTAIR**
429 aponta que relatou ao Conselheiro José da Costa que fariam o remanejamento dos
430 Coordenadores para ele sair da CAF, sem uma conversa e com combinações e que esse grupo se
431 formou devido à necessidade de isolamento, em razão dessas articulações. O Conselheiro
432 **EDUARDO** relata que sobre a colocação feita pela Conselheiro Altair de terem levado seu assunto
433 da CAIXA para o Ministério Público, comenta que há uma Resolução do CAU/BR nº128 que fala
434 sobre desagravo e que pode processar o Jornalista que fez a matéria. O **PRESIDENTE** relata que



435 muitas vezes se explicou, mas que se defenderá novamente, pois não houve patrocínio de
436 Presidente e Vice-Presidente para Coordenadoria de Comissão. Aponta que em relação a essa
437 festa que foi relatada pelo Conselheiro José da Costa, não foi contra e que sugeriu uma Feijoada,
438 pois as pessoas poderiam pagar a entrada dando legalidade ao evento. Relata que a ideia era
439 conseguir o Patrocínio para isso, mas tem resistência sobre isso, sendo muito tênue a relação do
440 CAU com a questão de RRT's envolvendo lojas. Aponta que em relação ao Regimento Interno,
441 apenas trouxe para a Plenária que é competente para isso e que solicitou ao Conselheiro Altair
442 para colocar o assunto em Pauta, pois já havia passado 1 (um) ano e o Plenário entendeu que
443 caberia analisar e aprovar o Regimento. O **PRESIDENTE** relata que foi acusado pelo Conselheiro
444 Altair de "atropelar" o Regimento, pois dizia que o mandato de Presidente era de apenas 1 ano e
445 assim modificando para ficar 3 anos no CAU. Aponta que houve um equívoco na análise do
446 Conselheiro. Aponta que diante desses eventos procurou o Conselheiro José da Costa e sugeriu
447 que estabelecessem uma condição de harmonia no CAU e que tentou em todos os momentos de
448 conflito esse diálogo. O **PRESIDENTE** comenta que em relação a sede do CAU, fez uma visita ao
449 local com alguns Conselheiros e que constataram que o local era adequado, um terreno que
450 poderia ser negociado com o CAU/BR. Aponta que teve o cuidado de marcar uma reunião com o
451 Conselheiro Altair para que a CAF trabalhasse as propostas e discutisse em Plenária. Relata que
452 dias depois estava nas redes sociais informações que o CAU estava comprando o "puxadinho",
453 criando uma celeuma desnecessária, culminando na ilegalidade do processo por dispensa de
454 Licitação. O **PRESIDENTE** relata que tem sido acusado, mas que teve o apoio da maioria do
455 Pleno e que ainda as tomadas de decisão tem um certo equilíbrio. Aponta que sempre teve aberto
456 ao diálogo e que não deixou de fazer os projetos e que essa divisão dos Conselheiros deu força
457 para o enfraquecimento da Gestão e que os empregados criaram força e se dividiram também.
458 Aponta que são responsabilidades para o Presidente administrar desses conflitos. Comenta que
459 também teve que administrar os conflitos no Fórum de Presidentes onde foi eleito, sendo uma
460 avalanche de responsabilidades e conseguiu fazer o que se propôs. O **PRESIDENTE** comenta
461 que as Comissões tem força para se movimentarem nos trabalhos, sendo analisado e aprovado e
462 que as Comissões subsidiam o Plenário também. Relata que pensou em convidar o Conselheiro
463 Eduardo para ser um Consultor do CAU, quando ainda estava na Secretaria para tentar construir
464 um trabalho benéfico para a profissão. Aponta que teve uma desavença com o Conselheiro
465 Benedito, mas que foi superado e que entendeu os motivos. O **PRESIDENTE** relata que ganhou a
466 confiança dos colegas, sendo eleito Presidente do CAU e do Fórum de Presidentes. Reconhece
467 que falhas existem, que a volta do Conselheiro Eduardo foi importante para o equilíbrio dos
468 trabalhos, pois as pessoas têm um respeito por sua pessoa. O **PRESIDENTE** comenta que
469 recebeu vários convites e que recusou devido suas convicções, não sendo o CAU que o fará
470 mudar. Aponta que o Conselheiro Altair teve o seu aval para ser o Coordenador da Comissão de
471 Finanças, pois entendia que seu trabalho ia ser de fiscalizar a estrutura e de fato o fez, o deixando
472 tranquilo. Relata que a parte Administrativa do CAU que passa pela CAF não foi estudada, não
473 marcaram nenhuma reunião com o Presidente para propor e evoluir, pois são decisões que
474 necessitam de diálogo. O **PRESIDENTE** aponta que essas discussões devem se encerrar e que
475 se tragam ideia de projetos, enfatizando para o que serve o Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
476 O Conselheiro **BENEDITO** relata que o CAU precisa assumir essa luta em prol do IAB. O
477 **PRESIDENTE** retoma os trabalhos da Pauta com a eleição do Primeiro e Segundo Vice-
478 Presidente, sendo unânime a escolha do Conselheiro Eduardo como Primeiro Vice, ficando
479 satisfeito e questiona se a Conselheira Eliane tem a pretensão de continuar e a mesma comenta
480 que não. O **PRESIDENTE** comenta que também por indicação o Conselheiro José da Costa fica
481 como Segundo Vice Presidente. O **PRESIDENTE** coloca em regime de votação, a eleição do
482 Primeiro Vice e Segundo Vice-Presidente do CAU/MT, ficando o Primeiro Vice-Presidente -
483 Eduardo Cairo Chiletto; Segundo Vice-Presidente - José da Costa Marques, sendo aprovado. O
484 **PRESIDENTE** relata sobre a composição do Calendário 2017 e o Plenário analisa as datas das
485 reuniões do CAU/BR. Aponta que deve ser aprovado também as datas das primeiras Reuniões de
486 Comissão até a definição dos seus Calendários anuais. O **PRESIDENTE** coloca em regime de
487 votação, aprovação do Calendário Anual das Reuniões Plenárias Ordinárias do CAU/MT para o
488 exercício de 2017: 04/02; 11/03; 01/04; 13/05; 10/06; 15/07; 12/08; 16/09; 07/10; 11/11 e 09/12.
489 Aprovar o Calendário inicial com as datas das primeiras Reuniões de Comissões Ordinárias e

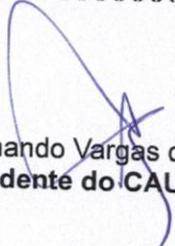


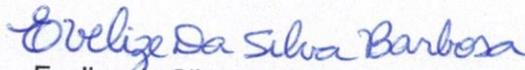
490 Especial do CAU/MT: dia 17/01 às 18:00hs – Comissão Especial de Trabalho de Política Urbana e
491 Ambiental; dia 20/01 às 14:30hs – Comissão de Ensino e Formação; dia 21/01 às 09:30hs –
492 Comissão de Ética e Disciplina; dia 23/01 às 16:00hs – Comissão de Exercício Profissional; Dia
493 26/01 às 16:00hs – Comissão de Planejamento, Administração e Finança. Aprovar o Calendário
494 inicial com as datas das primeiras Reuniões do Conselho Diretor do CAU/MT: Dia 25/01 às
495 16:00hs, sendo aprovado. O **PRESIDENTE** coloca em palavra livre e o Conselheiro Francisco
496 comenta que retornará aos assuntos mencionados pelo Conselheiro Altair. Relata que sobre as
497 ações da Reserva Técnica, em nenhum momento foi atrás de profissional e que houve contato
498 com os logistas para orientação sobre a legislação do Conselho. Comenta que em relação ao
499 programa de relacionamento que alguns profissionais tinham, com uma determinada empresa, foi
500 orientado acabar com esse vínculo. O Conselheiro **FRANCISCO** relata que essas ações nunca
501 foram para a mídia através do CAU e que há algumas denúncias em que o Conselho não pode se
502 omitir em apurar essas questões. Aponta que está sendo crucificado por conta disso de que foi
503 atrás de profissionais, mas que não fez esse tipo de ação, apenas esclarecimento com as
504 empresas. Comenta que se existe alguma exposição no Conselho é devido as denúncias
505 existentes e que os profissionais ficam declarando que foram acionados, sendo os mesmos que
506 ficam falando sobre o assunto. O Conselheiro reafirma que em nenhum momento saiu do
507 Conselho exposição ao profissional. Aponta que em nenhuma das entrevistas citou algum
508 profissional e em nenhum momento se promoveu, como escutou muitas vezes nas Plenárias, pois
509 sempre teve uma posição muito clara quanto a isso. O Conselheiro **FRANCISCO** comenta que
510 como Conselho devem vender uma informação única de que a Reserva Técnica é errada. O
511 Conselheiro **JOSÉ ANTÔNIO** relata sobre a importância da continuidade dos trabalhos das
512 gestões municipais e que já foi levantada essa questão pelo CAU e o IAB, quando foi criado e
513 entrou na lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano e a
514 principal máquina para continuar os trabalhos seria o CMDU. Aponta que na época o Conselho
515 era Tripartite e que quando trocava a gestão municipal davam o mínimo de continuidade,
516 garantindo essa continuidade ao longo de 18 anos, mas que em 2007 esse trabalho foi
517 desmontado. O Conselheiro comenta que na última Administração foi reiniciado esse sistema,
518 sugerindo que o CAU faça essa cobrança do trabalho de reestruturação do SMDU. O Conselheiro
519 **JOSÉ DA COSTA** retoma o assunto sobre a Reserva Técnica e relata que o Conselheiro
520 Francisco é admirado por todos, que conduziu os trabalhos da CED e que deve ser efeito, que
521 ninguém apoia RT, pois está errado, mas o que sempre se discutiu, foi trazer um assunto interno
522 da Casa para a sociedade. O Conselheiro especifica se, por exemplo, alguém quiser contribuir
523 para uma Instituição como a “Cruz Vermelha” e se o Diretor relatar que 40 Médicos estão
524 fraudando, a imagem é abalada da Instituição. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que
525 aconteceu o mesmo no CAU e o Conselheiro **FRANCISCO** comenta que o CAU não é uma
526 Instituição. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que a questão seria de que o CAU carrega
527 o nome dos profissionais, maculando a imagem da Instituição e que no caso as denúncias devem
528 ser cumpridas sim. O Conselheiro **FRANCISCO** relata que em nenhum momento denunciou
529 profissionais e o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que teve sim, uma denúncia partindo do
530 Ministério Público. O Conselheiro **FRANCISCO** aponta que não foi o CAU que fez essa denúncia
531 e em nenhum momento publicou isso. O Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** comenta que talvez tenha
532 fugido do controle do Conselheiro, mas que aconteceu sim, pois deu entrevista junto com o
533 Presidente, com fotos em Jornal. O Conselheiro **FRANCISCO** aponta que em nenhum momento
534 negou que deu entrevista e o Conselheiro **JOSÉ DA COSTA** aponta que o formato que não ficou
535 bom, precisando ser tratado internamente. O **PRESIDENTE** comenta que são opiniões que se
536 divergem e que teve uma reunião com os profissionais, mas que não foi bem recebido pelos
537 mesmos, já estando estabelecida uma oposição clara por esse grupo. Aponta que a repercussão
538 nas redes sociais foi de que o CAU estava apoiando a Reserva Técnica, sendo que não foi esse
539 propósito. Relata que foi contra a Campanha do CAU/BR com os termos utilizados e não fez a
540 divulgação no site. O **PRESIDENTE** aponta que o CAU/MT começou a ser vítima desses ataques,
541 com os colegas e que até evitou discutir essa questão posteriormente. Sugere que os discursos
542 sejam feitos em um patamar de crescimento e conversar com as Instituições para entender seus
543 manifestos, reconhecendo as divergências. O **PRESIDENTE** comenta que em relação a esse
544 discurso do Conselheiro Benedito para uma unificação, trabalhando as agendas e valorizando o

h



545 profissional, concorda também. O **PRESIDENTE** reconhece que é uma pessoa difícil, pois tem
546 posicionamento perante os assuntos, como os outros colegas, mas respeita profundamente as
547 lutas. O Conselheiro **ALTAIR** relata que na reunião que aconteceu no Hotel Paiaguás, percebeu
548 que havia um grande desconhecimento e desinformação em relação ao Código de Ética pelos
549 profissionais. O Conselheiro questiona que as Entidades deveriam estar presente na reunião
550 Plenária também. O **PRESIDENTE** se recorda que o próprio Conselheiro Altair comentou que
551 seria interessante não iniciar o CEAU, sem a regularidade das Entidades, como o IAB. Acredita
552 que não há momento para o início, podendo começar os trabalhos amanhã, se quiserem, sem
553 dificuldade, entende que o IAB pode participar sim. O Conselheiro **ALTAIR** questiona também o
554 andamento do processo da Sede e o Presidente comenta que poderá ser agendada uma outra
555 reunião para esse assunto. O Conselheiro **EDUARDO** aponta que a mídia é muito perversa em
556 alguns assuntos e que o CAU não tem nenhum Jornalista, sendo que este ano é crucial e
557 importante para mostrar o que fizeram e não fizeram, deixando clara a relação com os Arquitetos.
558 Acredita que deve haver essa contratação urgente, fazendo uma seleção no próprio CAU com
559 análise de currículos. Nada mais havendo a relatar, o Presidente **WILSON FERNANDO VARGAS**
560 **DE ANDRADE** declara encerrada a reunião às 14:50h, lavrando-se a presente Ata a Assistente
561 Administrativo **EVELIZE DA SILVA BARBOSA**XX
562
563
564
565
566
567
568
569
570
571
572
573
574


Wilson Fernando Vargas de Andrade
Presidente do CAU-MT


Evelize da Silva Barbosa
Assistente Administrativo